

Nômadas digitais e destinos de baixa densidade: evidência exploratória do inquérito de pré-registo da NomadVillage

Bruno César Alves Marcelino

NomadVillage

Investigador doutoral, Universidad Nacional de La Plata, Universität Rostock e Universidade de São Paulo

bruno.marcelino@nomadvillage.global - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0638-7889>

Informação do artigo

Recebido 31/08/2026 · **Avaliado** 15/09/2026 · **Publicado** 15/09/2026

Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Citação sugerida Marcelino, B. C. A. (2026). Nômadas digitais e destinos de baixa densidade: evidência exploratória do inquérito de pré-registo da NomadVillage. *NomadVillage Research Series*, 1(1). <https://doi.org/10.56365/9vygvf64>

Resumo

As regiões de baixa densidade da Europa procuram cada vez mais atrair teletrabalhadores como resposta ao despovoamento, mas sabe-se relativamente pouco sobre o que estes futuros residentes realmente desejam ou sobre se os territórios de acolhimento estão preparados para os receber. Este artigo apresenta evidência exploratória de um inquérito voluntário de pré-registo realizado pela plataforma NomadVillage, com 104 respostas válidas distribuídas por três grupos de atores: 92 futuros teletrabalhadores, 9 fornecedores de alojamento e 3 municípios. Tratando o conjunto de dados como exploratório e autosselecionado, e não como representativo, a análise recorre a estatística descritiva simples e à agregação temática. Os resultados preliminares indicam um público de média carreira, preparado para o trabalho remoto e com horizonte próximo, cujas decisões de destino não assentam na conectividade por si só, mas num conjunto de fatores de habitação, serviços, comunidade, infraestrutura de trabalho e qualidade de vida. O interesse pelos espaços partilhados de trabalho é amplo, enquanto as preferências de formato de habitação são heterogêneas. Uma minoria das pessoas inquiridas levantou de forma espontânea preocupações sobre acessibilidade e deslocamento. As respostas do lado da oferta, embora demasiado escassas para inferência, sugerem uma disposição inicial orientada para estadias de duração média. Lidos à luz da literatura sobre a polarização espacial do trabalho remoto e sobre a gentrificação transnacional, o artigo sustenta que estes padrões apontam para a preparação territorial (territorial readiness), a compatibilidade entre a procura e a capacidade local, como um passo intermédio necessário entre a atração e o impacto local sustentável, e analisa as suas implicações para as políticas de base territorial.

Palavras-chave: nomadismo digital; trabalho remoto; regiões de baixa densidade; coesão territorial; desenvolvimento rural

1. Introdução

Em toda a União Europeia, o trabalho remoto deixou de ser uma solução de emergência para se tornar um traço duradouro do mercado de trabalho, e com ele a figura do nómada digital passou de curiosidade cultural a categoria de política pública. Os governos nacionais criaram vias legais específicas: a Espanha estabeleceu uma autorização de teletrabalhador de carácter internacional ao abrigo da sua Lei das Empresas Emergentes de 2022, e Portugal introduziu um visto de residência para trabalho remoto (D8) em vigor desde outubro de 2022, ambos como base das estadias de média e longa duração que distinguem a mobilidade nómada do turismo (Assembleia da República, 2022; Jefatura del Estado, 2022). Ao mesmo tempo, a pressão demográfica sobre as regiões rurais e periféricas intensificou-se. As projeções do Centro Comum de Investigação e do Eurostat indicam que as regiões rurais remotas perderão população mais depressa do que qualquer outro tipo de território até 2040, enquanto as cidades continuam a crescer (Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação, 2025).

Estas duas tendências convergiram num relato esperançoso de política pública: se os teletrabalhadores podem viver em qualquer lugar, talvez se os consiga persuadir a viver nos lugares que se estão a esvaziar. A OCDE sustentou que o trabalho remoto oferece às regiões rurais uma oportunidade real de travar ou inverter o declínio (OCDE, 2021), e a visão de longo prazo da Comissão Europeia para as zonas rurais coloca a conectividade, os serviços e a diversificação económica no centro da revitalização territorial (Comissão Europeia, 2021). Mas o relato tende a saltar duas perguntas que determinam se a atração tem êxito. Primeira, o que procuram realmente os futuros teletrabalhadores num destino de baixa densidade? Segunda, estão os territórios de acolhimento preparados para os receber de um modo que beneficie a comunidade existente?

Este artigo aborda a primeira pergunta de forma empírica e utiliza os seus resultados para motivar a segunda. Baseia-se num inquérito de pré-registo com vários grupos de atores realizado pela plataforma NomadVillage, uma iniciativa digital centrada em ligar teletrabalhadores a destinos rurais ibéricos. O conjunto de dados é exploratório e autosseleccionado, e é tratado como tal em todos os momentos. O seu contributo não é a generalização estatística, mas a documentação da procura inicial, o teste de pressupostos conceptuais e a identificação de padrões de preferência que podem informar uma abordagem de preparação territorial para as políticas de base territorial. O resto do artigo revê a literatura e o contexto de políticas pertinentes, expõe uma nota conceptual sobre a preparação, descreve os dados e o método, apresenta os resultados descritivos e analisa as suas implicações para os municípios e as agências regionais.

2. Literatura e contexto de políticas públicas

2.1 Nomadismo digital e trabalho remoto

O nomadismo digital resiste a uma definição única, pois situa-se na interseção da mobilidade, do estilo de vida e do emprego (Hannonen, 2020). A primeira literatura colocou o acento no lado da procura (quem são os nómadas digitais, o que os motiva e como combinam trabalho e viagem)

e traçou um perfil de profissionais relativamente qualificados e independentes da localização. À medida que o fenómeno amadurecia, a atenção deslocou-se para os seus efeitos territoriais. Hannonen, Aguiar-Quintana e Lehto (2023) propuseram uma perspetiva a partir da oferta, ao examinar como os atores do destino percebem e acomodam os nómadas digitais, e sugeriram que, com o tempo, as comunidades acabam por ler os nómadas de estadia prolongada como “novos locais” e não como turistas. Esta mudança importa para as regiões de baixa densidade, porque o valor de um teletrabalhador para uma comunidade pequena depende menos da sua chegada do que da sua incorporação gradual na vida económica e social local. Trabalhos mais recentes situam o fenómeno dentro de geografias mais amplas de mobilidade e mudança urbana: Sciuva (2025) cartografa uma agenda de investigação emergente sobre as geografias do nomadismo digital, enquanto Sequera (2025) examina os teletrabalhadores transnacionais como uma “classe criativa” contemporânea que opera dentro do mercado urbano. A maior parte desta literatura continua centrada no urbano; a variante rural e de baixa densidade, que é o objeto do presente artigo, está comparativamente pouco estudada.

2.2 Trabalho remoto e desigualdade territorial

Se o trabalho remoto reduz ou amplia a desigualdade espacial é objeto de debate. As leituras otimistas sustentam que o trabalho independente da localização pode dispersar a atividade económica para longe dos centros congestionados. O registo empírico, no entanto, é mais prudente. Ao analisar 1,8 milhões de trabalhos remotos intermediados por uma plataforma de trabalho em linha, Braesemann et al. (2022) constataram que o trabalho remoto está polarizado ao longo de três eixos (entre países, entre zonas urbanas e rurais dentro de cada país, e entre níveis de qualificação) e que, de facto, os empregos remotos são atraídos para as regiões urbanas enquanto as zonas rurais ficam para trás. A sua conclusão central é relevante para este estudo: as forças de aglomeração implicam que, deixado ao mercado, o trabalho remoto tende a reforçar em vez de dissolver a divisão urbano-rural, e só se converte numa ferramenta eficaz de desenvolvimento rural quando se insere em programas locais de formação de competências, infraestrutura e mercado de trabalho. A OCDE chega a uma visão compatível a partir do lado das políticas, ao observar que as cidades concentram uma proporção substancialmente maior de empregos teletrabalháveis do que as zonas rurais e que a oportunidade para as regiões periféricas é real, mas está condicionada à capacidade local (OCDE, 2021, 2023). A implicação é que a atração sem preparação local pode limitar-se a reconduzir os trabalhadores móveis para os lugares que já concentram vantagem.

2.3 Regiões de baixa densidade, coesão territorial e inovação rural

O vocabulário europeu de políticas enquadra o destino das regiões periféricas através do conceito de coesão territorial, que persegue um desenvolvimento equilibrado entre os diversos territórios da União (Faludi, 2006; Medeiros, 2016). A isto acrescenta-se a noção de capital territorial, o acervo de ativos, tanto tangíveis como relacionais, que um lugar pode mobilizar para o seu desenvolvimento (Camagni, 2009). Lidos em conjunto, estes conceitos sugerem que as perspetivas de uma região dependem não só de atrair recursos externos, mas da capacidade latente que é capaz de ativar. As análises regionais do Eurostat documentam o que está em jogo

em termos demográficos, com muitas regiões predominantemente rurais a enfrentar envelhecimento, uma população em idade ativa decrescente e uma emigração sustentada (Eurostat, 2024). A visão de longo prazo da Comissão Europeia responde com um Pacto Rural e um Plano de Ação Rural destinados a fazer das zonas rurais lugares mais fortes, conectados, resilientes e prósperos até 2040 (Comissão Europeia, 2021).

Dentro deste quadro, o trabalho remoto surge como um possível instrumento de inovação rural, não como um resultado garantido. A modelação preliminar sugere que poderia ajudar a redistribuir a atividade económica do centro para a periferia, embora a evidência continue a ser inicial e dependente das condições locais (Kužmar, 2026). Este otimismo condicionado alinha a literatura de coesão territorial com os resultados de polarização anteriores: a questão não é tanto se o trabalho remoto pode beneficiar as regiões de baixa densidade como sob que condições locais o faz. A inovação rural, lida assim, não é a simples importação de trabalhadores urbanos, mas a ativação do capital territorial (conectividade, serviços, habitação e comunidade) de um modo que permita às pessoas recém-chegadas contribuir.

2.4 Plataformas digitais e reputação territorial

Uma literatura crescente trata as plataformas digitais não como intermediários neutros, mas como atores que reconfiguram os mercados e os lugares que intermediam. No campo da habitação, mostrou-se que a intermediação baseada em plataformas reestrutura a oferta de alojamento para as populações móveis e estende o alcance dos mercados de arrendamento de curta e média duração para novas áreas (Cocola-Gant et al., 2021). Para além das transações, as plataformas também governam a visibilidade: as classificações, as avaliações e os anúncios constituem uma camada de reputação territorial que influencia para onde vão os trabalhadores móveis e como os lugares são percebidos. Apoiando-se no trabalho doutoral do autor sobre cartografia sociocultural e territorialidades fronteiriças (Marcelino, em preparação), este artigo trata o espaço digital como uma camada do próprio território, que modela a pertença, a reputação e a presença tanto como a logística. O corolário prático é que um lugar pode ser muito visível para os trabalhadores móveis em linha e, ainda assim, não estar preparado, no terreno, para os acolher bem; reputação e preparação não são o mesmo.

2.5 Habitação, integração e os riscos de uma atração não coordenada

Um corpo substancial de investigação urbana adverte de que as pessoas recém-chegadas, móveis e com maiores rendimentos podem reconfigurar os mercados de habitação de acolhimento. Cocola-Gant e López-Gay (2020) documentaram como a chegada de tais residentes a Barcelona contribuiu para a gentrificação transnacional e para a formação de enclaves “exclusivamente estrangeiros” em que as pessoas recém-chegadas vivem em grande medida à margem da população local. O mecanismo não se limita às grandes cidades. Nos estreitos mercados de habitação rurais, onde o parque de habitações habitáveis e aptas para trabalhar é limitado, mesmo um número reduzido de inquilinos de média estadia com maior poder de compra pode mover os preços e deslocar residentes e trabalhadores locais, de modo que uma atração não coordenada corre o risco de reproduzir, à escala reduzida, as pressões

observadas nos grandes destinos. Os mercados de arrendamento de média duração intermediados por plataformas podem intensificar estas dinâmicas ao canalizar a procura externa de forma eficiente para justamente a habitação de que também precisam os residentes locais (Cocola-Gant et al., 2021).

Em conjunto, a literatura implica uma tensão que enquadra este estudo. A mobilidade dos teletrabalhadores pode ajudar as regiões periféricas, mas o mesmo fluxo que traz rendimentos pode gerar também pressão sobre a habitação, fragmentação social e uma mobilidade extrativa de curto prazo se não for governado. Os resultados de polarização sugerem que o benefício é condicional; os resultados de gentrificação sugerem que o dano é real; e a literatura de coesão fornece a linguagem de política pública para gerir ambos. A pergunta em aberto é operacional: como pode um território de baixa densidade saber, de antemão, se está em condições de captar o benefício e conter o dano?

3. Nota conceptual: da atração à preparação territorial

A literatura revista converge numa só lacuna. A política de atração pressupõe que o difícil é trazer os teletrabalhadores, mas a evidência sugere que a variável decisiva é o que acontece após a chegada: se os trabalhadores móveis se absorvem na vida económica e social local, e se os mercados de habitação e os serviços de acolhimento os conseguem acomodar sem deslocar os residentes. Isto é uma questão de encaixe entre a procura externa e a capacidade local, e não se resolve com vistos, marketing nem visibilidade em linha.

Para nomear esse encaixe, este artigo utiliza o conceito de preparação territorial (territorial readiness), entendido como o grau em que um lugar consegue acolher teletrabalhadores de um modo tecnicamente viável, localmente compatível, socialmente integrador e protegido face a danos previsíveis. A preparação inverte a lógica dominante do mercado de nómadas digitais, que classifica os destinos pela conveniência dos trabalhadores móveis; em vez disso, pergunta se um território está preparado, nos seus próprios termos, para converter as chegadas em valor local duradouro. Conceptualmente, a preparação reúne a tradição do capital territorial (Camagni, 2009), a agenda da coesão territorial (Faludi, 2006; Medeiros, 2016) e a visão relacional do território como espaço vivido e simbólico (Marcelino, em preparação). Situa-se como um passo intermédio entre a atração e o impacto sustentável, e os resultados empíricos que se seguem são lidos através desta lente. Os instrumentos operacionais mediante os quais a preparação poderia ser avaliada ficam fora do âmbito deste artigo e reservam-se para trabalhos técnicos futuros.

4. Metodologia

Os dados provêm de um inquérito voluntário de pré-registo administrado em linha pela plataforma NomadVillage a três grupos de atores associados a destinos rurais ibéricos: futuros teletrabalhadores, fornecedores de alojamento e municípios. As pessoas participantes autosselecionaram-se ao registar o seu interesse, e os instrumentos foram oferecidos em mais do que um idioma. Os dois formulários do lado da procura (um em inglês e outro em

espanhol/português) foram combinados para a análise num único conjunto de futuros teletrabalhadores, enquanto os dois formulários do lado da oferta foram analisados separadamente e de forma qualitativa, dada a sua reduzida dimensão. A Tabela 1 resume a composição.

Grupo de atores	n válido	Tratamento analítico
Futuros teletrabalhadores	92	Amostra de procura combinada; frequências e proporções descritivas
Fornecedores de alojamento	9	Qualitativo, apenas ilustrativo; sem estatística inferencial
Municípios / povoações	3	Qualitativo, apenas ilustrativo; sem estatística inferencial
Total	104	—

Tabela 1. Composição do conjunto exploratório de dados de pré-registo.

A análise foi deliberadamente simples. Para a amostra de procura, o estudo calculou frequências e proporções das perguntas fechadas e agrupou tematicamente as respostas abertas; várias perguntas admitiam seleção múltipla, e uma pergunta sobre fatores diferia ligeiramente de formato entre os dois formulários, de modo que os resultados de fatores se exprimem como a proporção de inquiridos que mencionam cada elemento, e não como categorias mutuamente exclusivas. Não se aplicaram técnicas inferenciais nem multivariadas, e não se formulam afirmações causais. Todas as cifras são descritivas. O conjunto de dados é exploratório por conceção: não representa a totalidade da população de nómadas digitais nem dos territórios de baixa densidade, e o seu valor reside em documentar a procura inicial, testar pressupostos conceptuais, identificar padrões de preferência e informar o desenvolvimento de uma abordagem de preparação territorial.

O tratamento ético seguiu o princípio da agregação. Todas as respostas foram anonimizadas; não se reportam nomes, dados de contacto, moradas nem outros identificadores; e as respostas abertas são parafraseadas de forma agregada em vez de citadas. A apresentação limita-se a padrões agregados e implicações de política pública. Qualquer instrumento interno de classificação ou de apoio à decisão associado à plataforma fica fora do âmbito deste artigo e não é descrito.

5. Resultados

5.1 Perfil dos futuros teletrabalhadores

A amostra de procura orienta-se de forma esmagadora para o trabalho remoto: aproximadamente 98% já trabalham à distância ou planeiam começar em breve, e apenas duas pessoas declaram não ter tal intenção. A distribuição por idade concentra-se em faixas de média carreira mais do que na coorte mais jovem: cerca de três quartos têm entre 25 e 44 anos, e as pessoas de 45 anos ou mais superam em número as de 18 a 24. Pouco mais de metade declara experiência prévia como nómada digital, enquanto a maior parte do resto se descreve como recém-chegada interessada. O perfil que emerge é, portanto, um público misto, de média carreira e preparado

para o trabalho remoto, e não o viajante jovem e de curta estadia do imaginário popular. A Tabela 2 resume estas características.

Característica	Proporção	Nota
Trabalha em remoto ou planeia fazê-lo em breve	~98%	Em remoto na atualidade ~74%
Entre 25 e 44 anos	~75%	Mais de 45+ do que de 18–24
Experiência prévia como nómada digital	~53%	O resto, na sua maioria, recém-chegados interessados

Tabela 2. Perfil dos futuros teletrabalhadores (N = 92; proporções descritivas, exploratório).

5.2 Preferências de destino e condições essenciais

Ao perguntar o que é essencial na escolha de um destino, as pessoas inquiridas mencionaram com maior frequência uma ligação à internet rápida e estável, embora apenas cerca de metade a tenha citado (Figura 1). A procura restante distribui-se por um conjunto de fatores de habitabilidade e comunidade: natureza e espaços verdes, um custo de vida acessível, o acesso a serviços básicos, uma comunidade acolhedora, um clima agradável e, com menor frequência, coworking dedicado, networking e atividades culturais. Considerados em conjunto, os fatores alheios à conectividade superam em peso o acesso à internet, o que sugere que a conectividade funciona como uma condição de limiar mais do que como um fator decisivo de diferenciação.

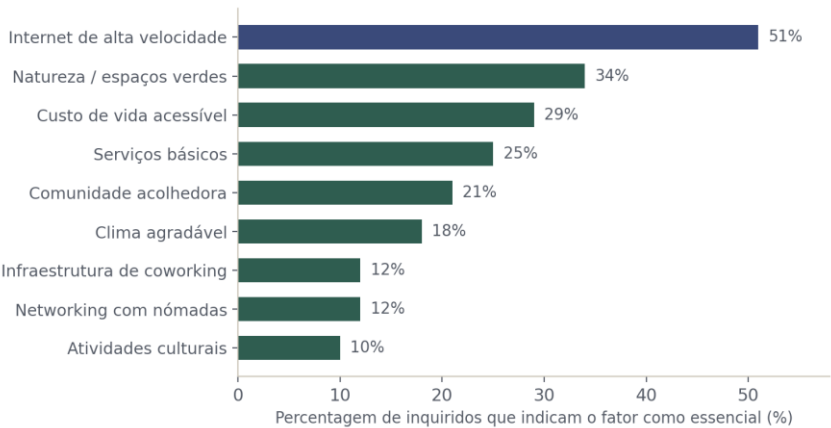


Figura 1. Fatores mais citados como essenciais na escolha de um destino (N = 92; percentagem de inquiridos, resposta múltipla; exploratório).

5.3 Coworking, coliving e expectativas de habitação

As preferências relativas à infraestrutura partilhada e à habitação revelam ao mesmo tempo amplitude e heterogeneidade (Figura 2). O interesse por um espaço de coworking na povoação é amplo: cerca de 84% manifestam interesse (aproximadamente 54% sem condições e 30% de forma condicional), enquanto perto de 16% não o consideram necessário. O interesse pela habitação partilhada, em contrapartida, está marcadamente dividido: as pessoas inquiridas

repartem-se em terços quase iguais entre quem está interessado, quem o está com reservas e quem prefere um espaço privado. Esta heterogeneidade é em si mesma um resultado. Indica que nenhum formato único de habitação satisfará a procura, e que uma oferta que combine alojamento privado com acesso opcional ao trabalho partilhado e à vida comunitária se ajusta melhor à dispersão de preferências do que qualquer modelo uniforme.

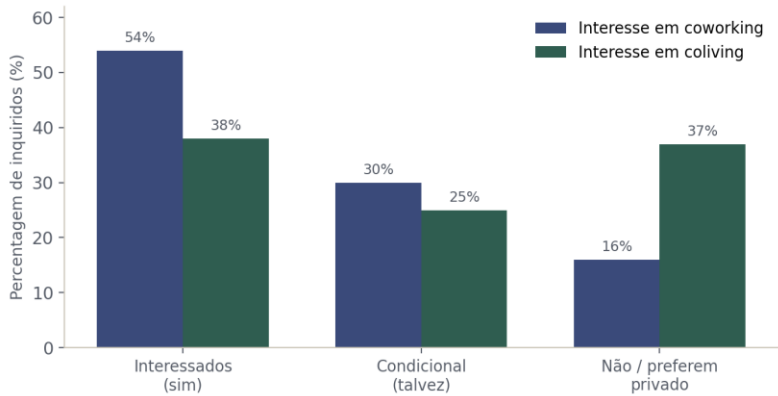


Figura 2. Interesse pelo coworking face ao coliving (N = 92; percentagem de inquiridos; exploratório).

Quanto à duração da estadia, aproximadamente metade das pessoas inquiridas permaneceria quatro meses ou mais, e cerca de um terço contempla estadias superiores a seis meses; quanto ao momento de início, perto de dois terços desejariam começar num prazo de seis meses. A Tabela 3 resume estas expectativas. Um sinal qualitativo adicional merece atenção: nas respostas abertas, uma minoria levantou, sem que lhe fosse perguntado, a sua preocupação com a inflação dos arrendamentos e com o efeito das novas chegadas sobre a acessibilidade local. Embora demasiado infrequentes para serem quantificados com fiabilidade, estes comentários espontâneos indicam que uma parte da procura é reflexiva sobre a sua própria pegada territorial e pode preferir os destinos que gerem o seu impacto de forma visível.

Dimensão	Padrão exploratório
Estadia prevista ≥ 4 meses	~49% (dos quais mais de 6 meses ~34%)
Começaria num prazo de 6 meses	~65% (num prazo de 3 meses ~45%)

Tabela 3. Expectativas de duração e momento da estadia (N = 92; proporções descritivas, exploratório).

5.4 Fornecedores de alojamento e preparação do lado da oferta

As nove respostas de fornecedores de alojamento são demasiado poucas para sustentar inferência estatística e apresentam-se apenas como sinais ilustrativos. Com essa ressalva, as respostas sugerem uma oferta inicial e disponível, orientada para o tipo de estadias que o lado da procura descreve. A maioria dos fornecedores declarou conectividade por fibra e um espaço de trabalho dedicado, com frequência ergonómico; as estadias mínimas agrupavam-se em torno de um mês ou mais; e quase todos indicaram a sua disposição para acolher teletrabalhadores,

mesmo em modalidades partilhadas. As propriedades variavam em dimensão e formato de arrendamento. Estes padrões interpretam-se melhor como sinais de preparação a verificar do que como evidência de uma capacidade estabelecida.

5.5 Interesse municipal e integração local

Responderam três municípios, de novo demasiado poucos para inferência. Os três declararam boa conectividade por fibra e expressaram a convicção de que as suas comunidades estariam abertas a receber teletrabalhadores. A maioria identificou espaços públicos que poderiam ser adaptados para o trabalho partilhado, embora pelo menos um tenha indicado que necessitaria de mais informação antes de se comprometer, e as respostas sobre as estratégias de atração existentes foram díspares. Os sinais municipais, como os dos fornecedores, apontam para um interesse latente e uma capacidade parcial mais do que para uma preparação demonstrada, e sublinham que a abertura no plano da intenção não garante por si só as condições para uma integração bem-sucedida.

6. Discussão

Lidos em conjunto, os resultados do lado da procura convergem numa só afirmação interpretativa: os futuros teletrabalhadores aproximam-se dos destinos de baixa densidade como um conjunto, e não como um atributo isolado. A conectividade é necessária mas, segundo esta evidência, insuficiente para impulsionar a decisão; a natureza, a acessibilidade, os serviços, a comunidade e a cultura importam coletivamente pelo menos tanto como ela. Este padrão é coerente com a literatura a partir da oferta, que sugere que os destinos têm êxito menos por anunciar uma característica do que por se tornarem lugares onde os nómadas de estadia prolongada se podem incorporar como “novos locais” (Hannonen, Aguiar-Quintana e Lehto, 2023). Também ressoa com o resultado mais amplo de que o trabalho remoto, deixado às forças do mercado, gravita para os lugares que já concentram competências e serviços (Braesemann et al., 2022): um destino de baixa densidade que oferece apenas conectividade compete mal face a aglomerações mais ricas, enquanto um que reúne um conjunto credível de habitabilidade e comunidade pode forjar uma posição distintiva. A literatura aplicada que acompanha esta série desenvolve a versão prática deste argumento para a comunicação municipal (Marcelino, 2026c).

A heterogeneidade das preferências de habitação e a orientação para as estadias de média e longa duração acarretam uma segunda implicação. As estadias medidas em meses põem os teletrabalhadores em contacto sustentado com os mercados de habitação e os serviços locais de um modo que o turismo de curta duração não faz, o que torna a integração ao mesmo tempo mais viável e mais necessária. Aqui a literatura sobre gentrificação é diretamente pertinente. Cocola-Gant e López-Gay (2020) mostram que as pessoas recém-chegadas, móveis e com maiores rendimentos podem impulsionar a gentrificação transnacional e a formação de enclaves, e os mercados de arrendamento de média duração intermediados por plataformas podem canalizar a procura externa para justamente a habitação de que os residentes precisam (Cocola-Gant et al., 2021). Que uma minoria das pessoas inquiridas tenha expressado preocupações sobre acessibilidade e deslocamento sem que lhe fosse perguntado indica que estes riscos são

perceptíveis mesmo para a população que se corteja. O desafio, em consequência, tem menos a ver com a atração do que com a integração sem pressão sobre a habitação nem fragmentação social, um ponto que o trabalho de política complementar enquadra em termos de governação da habitação e mediação comunitária (Marcelino, 2026a).

Os sinais do lado da oferta, embora não generalizáveis, são coerentes com esta leitura. Sugerem que existe uma disposição inicial tanto nos fornecedores como nos municípios, mas a disposição não é o mesmo que a preparação. Um território pode dispor de conectividade e boa vontade e, ainda assim, carecer da governação da habitação, da intermediação e da profundidade de serviços necessárias para converter as chegadas em valor duradouro, e a evidência de polarização adverte de que, na ausência de tais condições, os trabalhadores móveis podem simplesmente gravitar para outro lugar (Braesemann et al., 2022). Este é precisamente o problema da compatibilidade entre a procura e a capacidade territorial que o conceito de preparação territorial nomeia, e explica por que vários autores e instituições defendem agora uma avaliação estruturada e explicável antes de lançar as campanhas de atração (OCDE, 2023; Marcelino, 2026b). Interpretar o território como um espaço vivido e relacional, no qual as plataformas digitais formam uma camada de reputação e pertença e não um mero canal logístico (Marcelino, em preparação), reforça o argumento: a preparação não é só uma questão de infraestrutura, mas das condições sociais e simbólicas sob as quais as pessoas recém-chegadas se podem incorporar.

7. Implicações para as políticas públicas

Daqui derivam três implicações para os municípios, as agências regionais e os quadros europeus de desenvolvimento rural em que operam, cada uma formulada com cautela à luz dos dados exploratórios. Primeira, a mensagem de atração deveria refletir a natureza conjunta da procura: as campanhas que prometem apenas conectividade provavelmente ficarão aquém de expectativas que incluem também serviços, habitação apta para trabalhar, comunidade e qualidade de vida, e alinhar a mensagem com o conjunto completo e com um público de média carreira orientado para estadias de vários meses tem mais probabilidade de atrair residentes que permaneçam. Segunda, a atração deveria ser acompanhada de governação da habitação e integração: dado que os teletrabalhadores de média estadia interagem diretamente com mercados de habitação locais estreitos, a atração empreendida sem atenção à mobilização do parque vago, à vigilância dos arrendamentos e ao acesso dos residentes corre o risco de provocar as dinâmicas de deslocamento documentadas em contextos urbanos, e a mediação de atores locais de confiança pode ajudar a converter os visitantes em contribuintes. Terceira, a preparação deveria preceder a atração: a compatibilidade entre o que um território oferece e o que os futuros residentes precisam não é garantida nem pela conectividade nem pela boa vontade, e quem decide no âmbito público beneficia de um modo estruturado, transparente e consciente do risco de avaliar a preparação antes de se comprometer, mantendo tais instrumentos explicáveis e deixando a decisão nas mãos locais. O desenho e a validação de tais instrumentos correspondem a um trabalho técnico específico e não são aqui abordados. O Quadro 1 sintetiza os resultados, a implicação que cada um acarreta e o risco de o ignorar.

Resultado	Implicação de política	Risco de o ignorar
A conectividade importa, mas não basta	Comunicar o conjunto completo de habitabilidade, não só a internet	Prometer em excesso; estadias breves e desiludidas
As preferências de coliving estão divididas	Oferecer formatos de habitação flexíveis (privado mais opção partilhada)	Excluir uma grande parte da procura
As estadias de média e longa duração são relevantes	Planear a integração, os serviços e a comunidade com antecedência	Pressão sobre a habitação e os serviços locais
Algumas pessoas assinalam a acessibilidade	Incorporar salvaguardas de habitação e vigilância de arrendamentos	Deslocamento e conflito social
A disposição ainda não é preparação	Avaliar a preparação territorial antes de atrair	Atração que não se converte em valor local

Quadro 1. Síntese de resultados exploratórios, implicações de política e riscos.

8. Limitações

Várias limitações delimitam estes resultados. O conjunto de dados é exploratório e autosseleccionado: as pessoas participantes registaram o seu interesse de forma voluntária, pelo que a amostra de procura provavelmente sobre-representa quem já está favoravelmente disposto para o trabalho remoto rural, e não pode ser tratada como representativa dos nómadas digitais em geral. As amostras do lado da oferta, nove fornecedores e três municípios, são demasiado pequenas para uma análise inferencial e apresentam-se apenas como sinais ilustrativos. Os dois formulários de procura diferiam ligeiramente no formato de uma pergunta, e várias perguntas admitiam respostas múltiplas, pelo que os resultados de fatores se exprimem como proporções de inquiridos que mencionam cada elemento e não como categorias mutuamente exclusivas. A análise é puramente descritiva; não se afirma qualquer relação causal nem se infere qualquer estrutura multivariada. Por último, os dados recolhem intenções declaradas na fase de pré-registo, que podem divergir do comportamento efetivo. Estas limitações são coerentes com o propósito do estudo, que é documentar a procura inicial e motivar uma perspetiva de preparação mais do que medir uma população. O trabalho futuro poderia combinar amostras mais amplas e diversas com um acompanhamento longitudinal das estadias efetivas, e poderia testar a perspetiva de preparação face aos resultados em territórios-piloto concretos.

9. Conclusão

Este artigo apresentou evidência exploratória de um inquérito de pré-registo com vários grupos de atores sobre o interesse dos teletrabalhadores por destinos ibéricos de baixa densidade. Os resultados indicaram um público de média carreira, preparado para o trabalho remoto e com horizonte próximo, cujas decisões de destino assentam num conjunto de fatores de habitação, serviços, comunidade, infraestrutura de trabalho e qualidade de vida mais do que na conectividade por si só; cujas preferências de formato de habitação são heterogêneas; e uma minoria já atenta aos riscos de acessibilidade e deslocamento. As respostas do lado da oferta, embora não generalizáveis, apontaram para uma disposição inicial orientada para estadias de

duração média. Lidos à luz da evidência de que o trabalho remoto tende a polarizar-se para as regiões urbanas a menos que se construam ativamente as condições locais (Braesemann et al., 2022), e face aos riscos documentados da gentrificação transnacional (Cocola-Gant e López-Gay, 2020), estes padrões sugerem que a pergunta decisiva de política para as regiões periféricas não é se conseguem atrair teletrabalhadores, mas se estão preparadas para os acolher de modos que fortaleçam, em vez de tensionar, as comunidades que os recebem. Estabelecer a preparação territorial, a compatibilidade entre a procura e a capacidade local, como o passo intermédio entre a atração e o impacto sustentável é, sobre esta evidência exploratória, o contributo mais relevante que as políticas de base territorial podem dar. Confirmar e operacionalizar esse passo exigirá mais investigação específica.

10. Avaliação por pares

Este artigo foi submetido a avaliação externa por pares, por convite, antes da publicação. A versão final incorpora as revisões solicitadas pelos avaliadores. A responsabilidade pelo conteúdo, pelas análises e pelas conclusões é exclusivamente do autor.

Avaliadores: Me. Rodrigo da Costa Segovia (parecer de 03/09/2026) e Dr. Ringo Benjamim Victor (parecer de 15/09/2026).

11. Referências

- Assembleia da República. (2022). *Lei n.º 18/2022, de 25 de agosto, que procede à nona alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros), introduzindo o visto de residência para atividade profissional prestada remotamente (conhecido como visto D8)*. Diário da República, 1.ª série, n.º 164. Em vigor desde 30 de outubro de 2022. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/18-2022-200268064>
- Braesemann, F., Stephany, F., Teutloff, O., Kässi, O., Graham, M., & Lehdonvirta, V. (2022). The global polarisation of remote work. *PLOS ONE*, 17(10), e0274630. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0274630>
- Camagni, R. (2009). Territorial capital and regional development. In R. Capello & P. Nijkamp (Eds.), *Handbook of regional growth and development theories* (pp. 118–132). Edward Elgar.
- Cocola-Gant, A., Jover, J., Carvalho, L., & Chamusca, P. (2021). Corporate hosts: The rise of professional management in the short-term rental industry. *Tourism Management Perspectives*, 40, 100879. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2021.100879>
- Cocola-Gant, A., & López-Gay, A. (2020). Transnational gentrification, tourism and the formation of 'foreign only' enclaves in Barcelona. *Urban Studies*, 57(15), 3025–3043. <https://doi.org/10.1177/0042098020916111>
- Comissão Europeia. (2021). *A long-term vision for the EU's rural areas — Towards stronger, connected, resilient and prosperous rural areas by 2040* (COM(2021) 345 final). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52021DC0345>
- Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação. (2025). *Demography 2040: Cities keep growing, while population shrinks in remote rural regions* [Projeções demográficas e económicas NUTS-3]. https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/demography-2040-cities-keep-growing-while-population-shrinks-remote-rural-regions-2025-04-04_en
- Eurostat. (2024). *Urban-rural Europe — demographic developments in rural regions and areas* [Statistics Explained]. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Urban-rural_Europe_-_demographic_developments_in_rural_regions_and_areas
- Faludi, A. (2006). From European spatial development to territorial cohesion policy. *Regional Studies*, 40(6), 667–678. <https://doi.org/10.1080/00343400600868937>
- Hannonen, O. (2020). In search of a digital nomad: Defining the phenomenon. *Information Technology & Tourism*, 22(3), 335–353. <https://doi.org/10.1007/s40558-020-00177-z>

Hannonen, O., Aguiar-Quintana, T., & Lehto, X. Y. (2023). A supplier side view of digital nomadism: The case of destination Gran Canaria. *Tourism Management*, 97, 104744. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2023.104744>

Jefatura del Estado. (2022). *Ley 28/2022, de 21 de diciembre, de fomento del ecosistema de las empresas emergentes* [Lei de Empresas Emergentes (Espanha)]. Boletín Oficial del Estado, 306, 22 de dezembro de 2022. <https://www.boe.es/eli/es/l/2022/12/21/28>

Kužmar, S. (2026). From core to periphery? Assessing remote work's potential to rebalance EU regional development [Pré-publicação; conjunto de dados R-MAP]. arXiv. <https://arxiv.org/abs/2604.08252>

Marcelino, B. C. A. (2026a). From attraction to integration: Designing sustainable digital-nomad policies for low-density regions. *NomadVillage Research Series*, 1(1). <https://doi.org/10.56365/yc1p5f04>

Con formato: Inglês (Estados Unidos)

Marcelino, B. C. A. (2026b). Territorial readiness for digital mobility: Why low-density regions need decision-support before attracting remote workers. *NomadVillage Research Series*, 1(1). <https://doi.org/10.56365/93n05r98>

Marcelino, B. C. A. (2026c). What digital nomads look for in low-density destinations: Evidence for municipalities and regional agencies. *NomadVillage Research Series*, 1(1). <https://doi.org/10.56365/8tap4n87>

Con formato: Inglês (Estados Unidos)

Marcelino, B. C. A. (em preparação). *Dinâmicas fronteiras: La actuación de los actores culturales Guatá y Fronteras Culturales en la integración cultural y territorial de las fronteras de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay* [Tese de doutoramento em preparação]. Universidad Nacional de La Plata, Universität Rostock & Universidade de São Paulo.

Medeiros, E. (2016). Territorial cohesion: An EU concept. *European Journal of Spatial Development*, (60), 1–30.

OCDE. (2021). *Implications of remote working adoption on place-based policies*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/b12f6b85-en>

OCDE. (2023). *The surge of teleworking: A new tool for local development?* OECD Publishing. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/09/the-surge-of-teleworking-a-new-tool-for-local-development_6b88f7da/5eb3b9f2-en.pdf

Sciuvia, E. (2025). Geographies of digital nomadism: A research agenda. *Geography Compass*, 19(2), e70016. <https://doi.org/10.1111/gec3.70016>

Sequera, J. (2025). Struggling with the digital nomad: Transnational teleworkers as the new 'creative class' in the urban marketplace? *International Journal of Urban and Regional Research*, 49(1), 204–213. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.13293>